

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 03.08.2021

1 No terceiro dia do mês de agosto de 2021, às 14h00m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 4ª Reunião Extraordinária do
3 Plenário do Comitê Guandu/RJ, não presencial, através de plataforma online (Microsoft Teams), tendo
4 como pauta os seguintes assuntos: **1- Abertura e leitura da pauta; 2- “Aprovação da minuta de
5 Resolução que “Dispõe sobre a destinação de recursos para execução de infraestrutura
6 complementar ao tratamento de esgoto no âmbito do Programa Sanear Guandu”;** **3- Encerramento.**
7 Por não haver quórum na primeira chamada às 13:30hs, a reunião foi iniciada às 14:00hs. **ITEM 1** - Ao
8 iniciar a reunião, o Diretor Geral Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN) cumprimentou a todos, e em seguida,
9 solicitou à secretaria executiva a leitura das regras da reunião e pauta. Gilvoneick Souza (Convidado)
10 solicitou esclarecimentos à cerca do regramento da reunião. Primeiro sobre a prioridade dos membros
11 nas inscrições/direitos de fala. Outra em relação a fala atribuída por Gilvoneick à José Arnaldo dos Anjos
12 (P.M. Nova Iguaçu) que, na fala do convidado, teria afirmado que o Diretor Geral em conjunto com a
13 diretoria colegiado poderia assinar TACs. Gilvoneick Souza (Convidado) afirmou que não encontrou as
14 informações no Regimento Interno. Paulo de Tarso (Firjan) afirmou que os questionamentos não se
15 relacionavam com a pauta da reunião extraordinária e orientou que ele fizesse via e-mail à secretaria
16 executiva e à Assessoria Jurídica do Colegiado. Com a insistência de Gilvoneick Souza (Convidado),
17 Paulo de Tarso (Firjan) solicitou que seu microfone fosse cortado e que todos seguissem restritamente a
18 pauta da reunião. **ITEM 2** - Paulo de Tarso (Firjan) solicitou à Secretaria Executiva a leitura da minuta da
19 resolução que “Dispõe sobre a destinação de recursos para execução de infraestrutura complementar ao
20 tratamento de esgoto no âmbito do Programa Sanear Guandu”. Tatiana Bastos (IDC) fez uma solicitação
21 de ordem, e lhe foi concedido o direito de fala. Tatiana Bastos (IDC) afirmou que seu questionamento
22 influencia à votação, pois encaminhou um pedido de inserção de pauta em dois de julho de 2021, para a
23 Reunião Ordinária de agosto, e recebeu como resposta que a solicitação havia sido encaminhada à
24 diretoria colegiada. Tatiana Bastos (IDC) questionou que não há no Regimento Interno previsão sobre
25 quórum mínimo para as votações, já que comumente, há uma conferência de Quórum antes de toda
26 deliberação e não havendo, as votações não acontecem. O Advogado Edson Brasil (Assessoria Jurídica)
27 solicitou alguns minutos para ler a solicitação e consultar o Regimento Interno para então, prestar sua
28 assessoria. Licínio Machado Rogério (FAM-Rio) também solicitou “questão de ordem”. Foi lhe dado o
29 direito de fala. Licínio reclamou do fato do corte do microfone de Gilvoneick e solicitou uma abordagem
30 mais amigável. Edson Brasil (Assessoria Jurídica) solicitou contextualização em relação ao Quórum do
31 Comitê. Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que antes das deliberações há uma conferência para verificar
32 o Quórum mínimo e que Tatiana questionou o fato do Regimento prever essa conferência apenas para a
33 abertura das reuniões. Edson Brasil (Assessoria Jurídica) disse que o Regimento Jurídico traz em seu
34 artigo XXIII que as reuniões serão “realizadas” e não “iniciadas” em segunda chamada com pelo menos
35 1/3 dos seus membros com pelo menos um representante de cada segmento e que, segundo seu
36 entendimento, a palavra realizada sugere que o quórum deve ser observado durante toda reunião. Ele
37 citou ainda a última frase do caput do artigo 3º que diz “salvo os casos específicos previstos Regimento
38 Interno”. Segundo Edson, os casos específicos relacionam-se também às votações onde se faz necessário
39 o quórum qualificado, o que leva a entender que o quórum mínimo se faz necessário também nas
40 votações, até mesmo para garantir uma representatividade mínima nas deliberações do colegiado. Tatiana
41 Bastos (IDC) disse discordar completamente do entendimento e que uma questão tão importante não deve
42 ser resolvida em cinco minutos de apreciação. Ela disse que esse entendimento deve vir de uma votação
43 plenária e reiterou que tal questão seja item de pauta da próxima reunião plenária ordinária. Ana Asti
44 (SEAS/RJ) solicitou que o assunto seja encaminhado a CTIL-G e a Assessoria Jurídica se debruce sobre
45 a questão para um debate na plenária. Edson Brasil (Assessoria Jurídica) concordou com o
46 encaminhamento e se disponibilizou para preparar um parecer mais profundo para que o Colegiado possa
47 trabalhar o tema. (00:16:00) Gilvoneick de Souza (convidado) solicitou que seus questionamentos também
48 sejam trabalhados. Ana Asti (SEAS/RJ) afirmou que todos os pontos serão trabalhados pela CTIL-G e
49 Assessoria Jurídica. José Alexandre Maximino (MPRJ) sobre o Termo de Ajustamento de Conduta, citado
50 no início da reunião, solicitou que a CTIL-G e a Assessoria Jurídica trabalhem o assunto em relação a
51 assinatura da Diretoria, e suas posições em relação ao TAC, para garantir a segurança jurídica do
52 processo. Uira Martins (FONASC) solicitou que questões como as debatidas nesta reunião sejam

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 03.08.2021

53 encaminhadas ao GTRI que está trabalhando na atualização do Regimento Interno. Ela reclamou da forma
54 que Gilvoneick foi tratado. Fátima Rocha (AGEVAP), atendendo solicitação da diretoria para que a pauta
55 fosse seguida, iniciou a leitura da minuta de Resolução que “Dispõe sobre a destinação de recursos para
56 execução de infraestrutura complementar ao tratamento de esgoto no âmbito do Programa Sanear
57 Guandu”. Após a leitura, abriu-se para falas de acordo com a ordem de inscrição. Tatiana Bastos (IDC)
58 questionou como se chegou ao montante de R\$ 107 milhões; questionou a redação do artigo 3º, afirmando
59 que está confuso; e disse que deveria abrir um parágrafo para que o SEAS e o INEA apresentasse os
60 motivos da escolha da solução a receber o recurso, fazendo uma tabela com os prós e contras, mesmo
61 que a responsabilidade seja de SEAS e INEA. Miguel Alvarenga (ABES/RJ) disse que no artigo 4º, SEAS
62 e INEA deveriam ser responsabilizados pela operação e também manutenção, que são conceitos
63 diferentes; reclama que não visualizou nada sobre um projeto hidrológico, importante, segundo ele, a ser
64 destacado. O mesmo reiterou a solicitação de Tatiana sobre a apresentação dos motivos da escolha da
65 solução e complementou ainda externando preocupação com a questão operacional, seus custos, e até a
66 responsabilidade das concessionárias que poderão assumir a operação futuramente. Gilvoneick de Souza
67 (convidado) perguntou se podem ser agregadas outras soluções/alternativas na resolução, acreditando
68 que uma só alternativa não vai resolver todos os problemas. Ele afirmou que a resolução está fechada em
69 um único caminho e solicitou a leitura dos anexos. Ana Asti (SEAS/RJ) avisou que Fátima Rocha realizou
70 a leitura dos anexos. Sobre soluções alternativas, afirmou que essa resolução é específica para esta
71 solução e outras serão trabalhadas e implementadas pelo Colegiado em outras resoluções. (00:48:30)
72 Hélio Vanderlei (INEA) em resposta à Miguel Alvarenga (ABES/RJ) afirmou que o INEA irá cumprir a
73 Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tanto o lixo flutuante e o lodo que será processado será destinado
74 a aterro sanitário licenciado pelo INEA, sobre o consumo de energia, ele afirmou que é algo a ser
75 considerado, pois, vai refletir na operacionalização da unidade. Daniel Moraes (DIRAM/INEA) em resposta
76 à Tatiana Bastos, disse que o valor é baseado na proposta da implantação da solução, ou seja, está ligado
77 diretamente as necessidades técnicas e os custos inerentes à solução, previstos no cronograma físico-
78 financeiro. Viviane Carvalhosa (NUCLEP) questionou se a responsabilidade pela operacionalização não
79 seria das concessionárias. Daniel Moraes (DIRAM/INEA) disse que para a implementação será de
80 responsabilidade do INEA e que há uma possibilidade dessa operação ser repassada às concessionárias
81 através de tratativas governamentais futuras. Uiara Martins (FONASC) perguntou se estão contemplados
82 os estudos de viabilidade técnica e a questão da fiscalização da solução e dos contratos. Questionou
83 ainda se foram apresentados de forma detalhada os motivos que levaram a necessidade de investimento
84 de R\$ 107 milhões. Daniel Moraes (DIRAM/INEA) disse que a resolução obriga que seja apresentada a
85 planilha com memória de cálculo, orçamento e cronograma que substanciem os valores. Sobre a
86 fiscalização, além do INEA, órgão responsável pelas fiscalizações ambientais, mas que a CTSB também
87 terá acesso aos documentos e poderá fazer o devido acompanhamento da implementação. Ana Asti
88 (SEAS/RJ) reforçou que, segundo a resolução, haverá um acompanhamento através da CTSB. Licínio
89 Machado (FAM-Rio) lamentou o fato de representantes do MPRJ tiveram que deixar a reunião de forma
90 precoce, destacando a importância da participação dos promotores. O mesmo lamentou ainda ter que
91 votar a resolução logo após sua apresentação, dizendo que seria necessário mais tempo para análise e
92 estudos por parte do colegiado para a deliberação. Em seguida, perguntou quais são os custos mecânicos
93 e civis desse processo, custo operacional, quando o prazo previsto, e se existem análises da percentagem
94 de esgoto doméstico e industrial nos corpos hídricos que receberão o trabalho da solução. Questionou se
95 estão disponíveis os estudos do bombeamento emergencial das águas do Guandu. Questionou onde
96 estão disponíveis os estudos das alternativas. Perguntou qual o prazo da execução das obras. Por fim,
97 perguntou se o recurso será suficiente ou se haverá necessidade de complementar valores
98 posteriormente. Gilvoneick Souza (Convidado) sugeriu abrir o documento para a possibilidade de inserção
99 de novas tecnologias/soluções no decorrer do processo. Sobre o desassoreamento, ele afirmou que se
100 não for feito por sucção, acabará com o bioma no território. Ele disse ter registro de capivaras que estão
101 ficando queimadas e cegas devido aos resíduos químicos que estão sendo despejados. Sobre o
102 bombeamento do esgoto, afirmou que aproximadamente 20 mil m³ de esgoto entram na lagoa do Guandu,
103 e bombear apenas 3 mil m³, seria um conta-gotas, e que não irá surtir efeito. Ele afirmou que a gigoga é
104 uma ótima alternativa e diz ter muitos estudos que mostram que poderia ser uma das alternativas e ela

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 03.08.2021

105 não é considerada na resolução. Tatiana Bastos (IDC) reclamou do texto do artigo terceiro e disse que
106 precisa ser refeito. Em relação ao artigo quarto, Tatiana solicitou que seja inserido na resolução a
107 obrigatoriedade da apresentação, por parte do INEA, de uma planilha que mostra as motivações técnicas
108 e de viabilidade desta solução, ou das soluções propostas, e que receberão o recurso através da
109 deliberação do colegiado, até para que, caso haja uma mudança das condicionantes, a escolha presente
110 esteja fundamentada. Ana Asti (SEAS/RJ) solicitou, antes de atender a contribuição da Tatiana, que seja
111 acrescentado no artigo quarto que o INEA será o responsável pela operação e também manutenção, como
112 foi sugerido por Miguel Alvarenga (ABES/RJ). A mesma afirmou que há um relatório elaborado por Daniel
113 Moraes (DIRAM/INEA) que especifica os motivos da escolha desta solução. Hélio Vanderlei (INEA)
114 informou à Tatiana que o que está sendo aprovado é um orçamento e que para a aprovação do projeto,
115 todos os detalhes técnicos, legais e outros mais, deverão ser apresentados à CTSB. O mesmo afirmou
116 ainda que outras soluções, como as soluções baseadas na natureza, foram estudadas, mas foram
117 verificadas impossibilidade em aspectos econômicos e também de tempo. Sobre a dragagem, em resposta
118 à Gilvoneick, disse que a proposta é se fazer um estudo mais profundo, procurando tecnologias que
119 possam diminuir ao máximo os impactos e que esse estudo será apresentado. Em relação ao
120 bombeamento, Hélio Vanderlei (INEA) afirmou que pescadores afirmaram que a qualidade da água
121 melhorou com o bombeamento de um metro cúbico. A ideia, com essa solução, é bombear três metros
122 hídricos, melhorando ao nível possível, a qualidade da água. Destacou mais uma vez que ouviu
123 pescadores que vivem e conhecem a lagoa. Daniel Moraes (INEA), em resposta à Licínio Machado (FAM-
124 Rio), disse que em relação à questão do esgoto difuso, as análises do INEA apontam que 95% é esgoto
125 doméstico, e 5% efluente difuso das empresas, não podendo ainda identificar qual. Informou que está
126 sendo feito estudo para identificar as matérias primas das empresas para poder identificar a origem do
127 efluente. Disse que entre as alternativas foram discutidas SBNs, Tratamento de Rio, Desvio da Carga de
128 Esgoto, entre outras. No fim, devido a critérios técnicos, restaram o tratamento de rio e a SBN, e como a
129 última exige grande desapropriação e um longo tempo para começar a dar resultado, o tratamento de rio
130 foi o escolhido. Ainda em resposta a Licínio, Daniel afirmou que os custos de maquinário e civil estão
131 inclusos no valor da resolução. Em relação à operação, em um prazo mínimo de doze meses, será de
132 responsabilidade do INEA. Após esse período, vai depender do arranjo institucional e da concessão do
133 saneamento na região. Daniel Moraes (INEA) ressaltou que isso são possibilidades. Hélio Vandeley
134 (INEA) explicou que o investimento será de um milhão e duzentos reais por mês para a operação de duas
135 UTRs. Miguel Alvarenga (ABES/RJ) disse que o parecer do estudo hidrológico é importante ser anexado
136 ao estudo. Ele ressaltou que o investimento é importante para o abastecimento de nove milhões de
137 pessoas. Miguel Alvarenga (ABES/RJ) afirmou que para ele não se trata de investimento complementar,
138 mas sim de proteção ao abastecimento. Afirmou ainda que a estação não precisa ser operada 365 dias
139 por ano, pois o custo é muito alto. Assim, nos momentos que se fizeram necessário para a qualidade do
140 abastecimento. O mesmo ressaltou que o valor de operação apresentado por Hélio Vanderlei não leva em
141 consideração os custos de energia elétrica, fator que deve dobrar o valor apresentado. Ainda, sugeriu
142 inserir no artigo quarto os termos operação, manutenção e destino final pois tratam-se de conceitos
143 diferentes. As sugestões foram acolhidas e acrescentadas à resolução. Hélio Vanderlei (INEA) disse
144 concordar com Miguel, mas que será necessário um estudo para se saber ao certo quando o sistema
145 poderá ser desligado. Uíara Martins (FONASCH) perguntou de onde são os recursos. Ana Asti (SEAS/RJ)
146 respondeu que são do FUNDRHI. Uíara Martins (FONASC) questionou qual o papel e o investimento de
147 cada ente/organização envolvida pois só observa recursos do FUNDRHI/Comitê Guandu-RJ. Hélio
148 Vanderlei (INEA) respondeu que o Estado do RJ irá complementar o valor de implementação e custear a
149 operação do sistema. Tatiana Bastos (IDC) questionou a clareza do artigo terceiro, na relação ou papel
150 de Governo do Estado e Comitê, através de sua CT. Ana Asti (SEAS/RJ) explicou que a relação entre
151 Governo e Câmara Técnica é que, quando o projeto executivo estiver pronto, deverá ser apresentado à
152 CT do Colegiado. Licínio Machado (FAM-Rio) questionou se o valor será repassado antes ou depois do
153 projeto executivo. Ana Asti (SEAS/RJ) respondeu que se trata da aprovação do orçamento, apenas. Hélio
154 Vanderlei (INEA) complementou afirmando que parte dos valores citados ainda não estão em conta. R\$
155 75 milhões ainda deverão ser solicitados. Gilvoneick Souza (Convidado) perguntou se os apontamentos
156 da Câmara Técnica serão aprovados também em Plenária, após a CT. Ana Asti (SEAS/RJ) informou que

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 03.08.2021

157 não. Que o arranjo está sendo aprovado nesta reunião. Fátima Rocha (AGEVAP), à pedido da Diretoria
158 Colegiada, iniciou a votação nominal para a aprovação da resolução com as considerações debatidas (sim
159 aprova; não, desaprova; abstenção): Daniel Okumura (CEDAE Abastecimento), Mayná Coutinho Morais
160 (CEDAE Saneamento), Bruna Rodrigues (Guerdau), Celso Rodrigues (FCC), Paulo de Tarso Pimenta
161 (FIRJAN), Sabina Campagnani (Furnas), Viviane Montebello Carvalhosa (Nuclep), Licínio Machado
162 Rogério (FAM-Rio), Uiara Martins (Fonasc), Tatiana Quintela (IDC), Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ), Nelson
163 Reis (OMA-Brasil), Miguel Fernandez (ABES/RJ), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Mario Luiz Dias
164 Amaro (P.M. de Piraí), Luiz Fernando Carvalheira (P.M Miguel Pereira), Zulmira Helena Xavier (P.M
165 Paracambi), Mariluci Sudo (EMATER), Ana Larronda Asti (SEAS/RJ), Hélio Vanderlei Coelho Filho (INEA),
166 e Helena Fortes de Freitas (SETUR) votaram sim, pela aprovação da resolução. Felipe Magalhães Grandi
167 Machado (FAB Zona Oeste), absteve. O resultado final da votação foi 21 (vinte e um) votos a favor da
168 aprovação; 0 (zero) contra e; 1 (uma) abstenção. A resolução foi aprovada. Em resposta ao Diretor Geral,
169 Fátima Rocha (AGEVAP) informou que não há mais itens de pauta e que está aberta a inscrição para a
170 capacitação do Microsoft Teams, para membros, a ser ministrada pela área de Tecnologia da Informação
171 da AGEVAP, no dia 19 de agosto de 2021, às 14h. O convite foi enviado a todos os membros por e-mail.
172 Mário Luiz Dias (P.M Piraí) afirmou que Ranyere do Nascimento de Souza (P.M Vassouras) e Juliana
173 Fusco Pachani (P.M Mendes) tiveram problemas de conexão e não conseguiram participar da reunião.
174 Ranyere do Nascimento de Souza (P.M Vassouras) conseguiu voltar à reunião e confirmou o problema, e
175 afirmou que chegou a falar mas não era ouvido. Juliana Fusco Pachani (P.M Mendes) conseguiu voltar à
176 reunião e informou que, de fato, não conseguiu participar da reunião no momento da votação. Ana Asti
177 (SEAS/RJ) então autorizou e solicitou que ambos os membros declarassem seus votos. Ranyere do
178 Nascimento de Souza (P.M Vassouras) e Juliana Fusco Pachani (P.M Mendes) declararam ser à favor da
179 votação, e solicitaram o registro de seus votos. Desta forma o resultado de votos favoráveis passou ao
180 total de 23. Hélio Vanderlei (INEA) agradeceu a construção e a busca por solução do Colegiado, em nome
181 do INEA e dos órgãos do Governo do Estado. E que todos buscam a melhor qualidade da água. Uiara
182 Martins (FONASC) informou que sua instituição está encaminhando ao Comitê Guandu-RJ uma moção
183 em relação à MPL 1055, referente à gestão hidro energética. Disse que aguardará o acolhimento e que
184 haja discussões. Licínio Machado (FAM-Rio) pediu a criação de um grupo de Whatsapp para a
185 Comunicação. Solicitou que toda a documentação referente às deliberações deve estar sempre acessível
186 a todos para apreciação e debate. Gilvoneick Souza (Convidado) alertou sobre a questão dos resíduos
187 sólidos. Disse que muitos municípios estão com seus planos vencidos e que o assunto está sendo
188 debatido em audiências públicas e na ALERJ e que, por se tratar de algo que afeta diretamente a questão
189 hídrica, solicitou que o Comitê fique atento a esses debates. Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN) agradeceu
190 a todos e encerrou a reunião às 15h55min. Eu, Antonio Mendes de Souza Junior, tomei a termo esta ata
191 que segue assinada por:

192
193
194

Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN)
Diretor Geral

Andreia Loureiro (P.M. Queimados)
Diretora Executiva

195
196

Membros Presentes:

197 Daniel Okumura (CEDAE Abastecimento); Mayná Coutinho (CEDAE Saneamento); Celso Rodrigues da
198 Silva Junior (FCC); Viviane Montebello Carvalhosa (NUCLEP); Bruna Pessanha do Nascimento
199 (GERDAU); Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN); Felipe Magalhães Grandi Machado (FAB Zona
200 Oeste), Sabina Campagnani (FURNAS), Viviane Montebello Carvalhosa (NUCLEP), Tatiana Quintela de
201 Azeredo Bastos (IDC), Licínio Machado Rogério (FAM-Rio), Uiara Martins (FONASC), Marcelo Danilo da
202 Silva Bogalhão (ANAGEA/RJ), Miguel Fernandez (ABES/RJ), Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA-
203 Brasil), Ranyere do Nascimento de Souza (P.M Vassouras), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Mario

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 03.08.2021

204 Luiz Dias Amaro (P.M. Piraí), Juliana Fusco Pachani (P.M Mendes), Luiz Fernando Carvelheira (P.M
205 Miguel Pereira), Zulmira Helena Xavier (P.M Paracambi), Mariluci Sudo Martelleto (EMATER-Rio), Ana
206 Larronda Asti (SEAS/RJ), Hélio Vanderlei Coelho Filho (INEA) e, Helena Fortes de Freitas (SETUR).

207 **Convidados:**

208 Gilvoneick de Souza (Instituto Socioambiental); Fátima Rocha (AGEVAP); Antonio Mendes (AGEVAP);
209 Lucas Almeida (AGEVAP); Eduarda Faria (AGEVAP); Daiana Gelelete (AGEVAP); Caroline Lopes
210 (AGEVAP); Leandro Oliveira (AGEVAP), Rayssa Duarte (Assessoria Jurídica), Edson Brasil (Assessoria
211 Jurídica), Clarisse Rocha (ANAGEA), Caio Senise (MPRJ), Bruno Rosa (Ternium) Jacqueline Guerreiro
212 (OMA-Brasil), Daniel Moraes (DIRAM/INEA), Jhonatas Gonçalves (Rio Claro), Claudia Elias (P.M. Rio
213 Claro), Andre Leone (INEA), José Maximino (MPRJ) e Gisela Pequeno (MPRJ).